

Desenvolvimentos Recentes na Teoria dos Atos de Fala

But how, as philosophers, are we to proceed?
J. L. Austin, How to do things with words

Apesar de inicialmente formulada por Austin como um método de análise de problemas filosóficos através da linguagem, a Teoria dos Atos de Fala acabou por desenvolver-se em duas direções que se afastaram em grande parte do objetivo primordial de seu criador. Por um lado, deu origem a uma análise formal da linguagem¹ e, por outro, teve grande influência na lingüística, sobretudo aplicada, sendo também amplamente adotada pelas ciências humanas e sociais. Conceitos como *performativo* e *força ilocucionária* tornaram-se correntes em muitas teorias em áreas como lingüística, psicologia, ciências sociais, teoria da comunicação.

A Teoria dos Atos de Fala pode ser considerada, contudo, como uma das principais correntes da filosofia da linguagem contemporânea no que diz respeito à análise pragmática da linguagem. Na discussão atual em filosofia da linguagem esta teoria tem recebido uma série de críticas tanto quanto a seus desenvolvimentos mais recentes, quanto em relação a aspectos centrais de suas versões iniciais por Austin (1962) e Searle (1969)². Podemos contudo nos perguntar até que ponto essas críticas são pertinentes e podem ser respondidas ou superadas pela teoria e como seria possível desenvolvê-la para isso.

* Departamento de Filosofia da PUC-RIO.

1 Por exemplo, a *lógica ilocucionária* de Searle e Vanderveken (1985).

2 Pretendo ater-me aqui apenas a alguns aspectos da discussão em torno da Teoria dos Atos de Fala, sobretudo dizendo respeito à questão da classificação das forças ilocucionárias e do método de análise da linguagem, deixo de lado portanto outros aspectos importantes como as críticas de Derrida (1971) a Austin e a controvérsia entre Derrida e Searle, assim como a utilização por Habermas (1990) de elementos centrais desta teoria.

A importância da Teoria dos Atos de Fala consiste principalmente em seu modo de tratar um dilema central na filosofia da linguagem na assim chamada guinada pragmática (Habermas, 1990). Inicialmente, filósofos como Rudolf Carnap consideraram que os aspectos pragmáticos da linguagem, isto é, a linguagem tal como utilizada concretamente, enquanto comunicação, não poderiam ser objeto de uma análise filosófica. Embora exista sempre concretamente como comunicação, sendo usada em contextos particulares e para fins específicos, a linguagem só poderia ser analisada em um sentido filosófico ou científico através de sucessivos níveis de abstração, da pragmática para a semântica e da semântica para a sintaxe, ou seja, do nível do uso concreto pelos falantes da língua para o nível da relação dos signos com o que significam e deste, por sua vez, para o da relação dos signos entre si³. Em um sentido oposto, filósofos como Ludwig Wittgenstein (1975) com sua noção de jogos de linguagem, Gilbert Ryle (1975) e J. L. Austin (1970) com suas concepções de linguagem ordinária, podem ser interpretados como considerando que a linguagem deveria ser analisada em seu contexto de uso, tal como utilizada por falantes e ouvintes interagindo com objetivos específicos. O famoso dito de Wittgenstein, “o significado é o uso” acabou tornando-se uma espécie de moto desta concepção de linguagem⁴.

Contudo, o problema apontado por Carnap não pode ser ignorado. Segundo Carnap, o uso da linguagem em situações concretas é por demais diversificado, complexo e sujeito a variações, o que o impediria de ser objeto de uma análise científica ou filosófica. Nada de cientificamente relevante poderia ser concluído com base na análise de casos particulares. Desde Aristóteles, a ciência tem sido definida como conhecimento de universais, donde a busca da abstração e da generalidade. A Teoria dos Atos de Fala, tal como proposta por Austin, pode ser considerada como uma tentativa de dar conta de modo sistemático dos fenômenos pragmáticos, isto é, do uso da linguagem. Austin procurou mostrar que o uso da linguagem pode ser objeto de uma análise sistemática desde que se adote os instrumentos conceituais adequados para isso, mostrando deste modo que a análise pragmática da linguagem não é, em princípio, incompatível com uma abordagem teórica.

3 A propósito da discussão sobre a pragmática em Carnap e de sua relação com a semântica e a sintaxe, ver Levinson (1983), 1.2, “Defining pragmatics”.

4 O que efetivamente encontramos no § 43 das *Investigações Filosóficas* é a afirmação de que “para uma grande classe de casos da palavra “significação”, mas não para todos, a significação de uma palavra é seu uso na linguagem” (tradução para o português de José Carlos Bruni, col. Os pensadores, ed. Abril, 1975).

É dispensável aqui uma apresentação detalhada da formulação por Austin da Teoria dos Atos de Fala, bem como dos desenvolvimentos por Searle e outros, mas é importante retomar algumas teses centrais da teoria em suas principais versões na medida em que essas teses têm sido alvo de críticas e objeções, para melhor considerá-las precisamente em relação a essas críticas e objeções.

A concepção básica de Austin consiste em manter que os constituintes elementares do uso e da compreensão da linguagem natural são atos de fala tendo condições de sucesso e de felicidade para sua realização e não proposições possuindo condições de verdade tal como mantido pelas teorias do significado da vertente lógica da filosofia da linguagem representada, por exemplo, por Frege, Russell e pelo Wittgenstein do *Tractatus*⁵.

O ponto de partida de Austin (1962, 1ª Conferência) é a, hoje famosa, distinção entre *constatativos* e *performativos*, isto é entre o uso de sentenças para descrever fatos e eventos e sentenças que são usadas para realizar (*to perform*) algo e não para descrever ou relatar. Um exemplo de constatativo típico é “João está brincando no quintal” e de performativo, “Prometo que lhe pagarei amanhã”. Enquanto constatativos podem ser verdadeiros ou falsos em relação aos fatos que descrevem, um performativo não é realmente verdadeiro ou falso, uma vez que não descreve um fato, mas deve ser considerado como bem ou mal sucedido, dependendo das circunstâncias e conseqüências da realização do ato. Austin logo percebeu que esta dicotomia era inadequada uma vez que o constatativo tem também uma dimensão performativa, isto é, descrever é também um ato que realizamos e que pode ser bem ou mal sucedido; assim como os performativos têm uma dimensão constatativa já que mantêm uma relação com um fato; tomando-se o exemplo acima, o fato de eu lhe ter ou não pago no dia seguinte. Propõe, portanto, que sua concepção do uso da linguagem como uma forma de agir seja estendida para toda a linguagem, considerando o *ato de fala* como a unidade básica de significação e tomando-o por sua vez como constituído por três dimensões integradas ou articuladas: respectivamente os atos *locucionário*, *ilocucionário* e *perlocucionário*. O ato locucionário consiste na dimensão lingüística propriamente dita, isto é, nas palavras e sentenças empregadas de acordo com as regras gramaticais aplicáveis, bem como dotadas de sentido e referência. O ato ilocucionário, que pode ser considerado o núcleo do ato de fala, tem como aspecto fundamental a força ilocucionária. A força consiste no performativo propriamente

5 Ver, por exemplo, Vanderveken e Kubo (2001).

dito, constituindo o tipo de ato realizado. Quando digo, “Prometo que lhe pagarei amanhã”, meu proferimento do verbo “prometer” constitui o próprio ato de prometer, não se trata de uma descrição de minhas intenções ou de meu estado mental. Ao proferir a sentença eu realizo a promessa. A força do meu ato é a da promessa. Portanto, “prometer” é um verbo performativo, e os verbos performativos geralmente descrevem as forças ilocucionárias dos atos realizados. É claro que eu posso fazer uma promessa sem usar explicitamente o verbo “prometer”, dizendo por exemplo, “Eu lhe pagarei amanhã” e isso contaria como uma promessa dadas as circunstâncias adequadas. Por outro lado, poderia contar também como uma ameaça em circunstâncias diferentes. Isso revela que atos ilocucionários podem ser realizados com verbos performativos implícitos e ainda assim ter a força que pretendem ter. Por isso pode ser dito que a realização de um ato de fala com uma determinada força vai além de seus elementos lingüísticos propriamente ditos. E na linguagem ordinária este é um fenômeno bastante comum. Um dos objetivos principais da análise dos atos de fala consiste precisamente em tornar explícita a força do ato realizado.

O ato perlocucionário, que tem recebido menos atenção dos especialistas, foi definido por Austin (1962, p.101) como caracterizando-se pelas “conseqüências do ato em relação aos sentimentos, pensamentos e ações da audiência, ou do falante, ou de outras pessoas, e pode ter sido realizado com o objetivo, intenção ou propósito de gerar essas conseqüências”.

Austin caracteriza em seguida as condições pressupostas para a realização desses atos, que consistem em uma combinação de intenções do falante e convenções sociais com diferentes graus de formalidade. A satisfação dessas condições é o critério do sucesso ou fracasso da tentativa de realização do ato. As intenções são consideradas como psicológicas e, portanto, subjetivas; embora em última análise se originem de práticas sociais. Wittgenstein dizia que não se poderia ter a intenção de jogar xadrez se o xadrez não existisse⁶. As convenções são de natureza social e podem ser mais formais, por exemplo, no caso de um tribunal, ou informais no caso de um grupo de amigos discutindo o resultado da final do campeonato de futebol. Mas em ambos os casos as convenções estão presentes e os falantes estão seguindo regras, normas, procedimentos habituais, com variados graus de formalidade, porém constitutivos de suas formas de conduta. Com frequência, especialmente em circunstâncias informais, essas regras são implícitas, mas estão sendo aplicadas e isso se tor-

6 *Investigações Filosóficas*, §§ 205, 337.

na evidente quando são violadas. A doutrina das infelicidades proposta por Austin (1962, 2ª Conferência) é precisamente uma maneira de lidar com esse aspecto dos atos de fala. Uma vez que o mapeamento ou a explicitação completa das regras pode ser uma tarefa inexecutável, a análise dos motivos pelos quais alguns atos falham, ou são infelizes, é reveladora das regras que foram rompidas nesses casos e, portanto, pode ser uma boa forma de torná-las evidentes.

Na última conferência de *How to do things with words* Austin (1962) propõe a seguinte classificação das forças ilocucionárias dos proferimentos: *veredictivos*, *exercitivos*, *compromissivos*, *comportamentais* e *expositivos*. Esta classificação é proposta como provisória e Austin procura tornar a definição de cada classe mais clara por meio de exemplos. Seu objetivo ao propor esta classificação de forças ilocucionárias parecer ser a identificação do tipo de ato realizado, uma vez que nem sempre um performativo explícito é empregado e a análise dependeria assim da identificação do ato para a reconstrução das regras que tornam possível a sua realização. Isso revela que já na formulação inicial de Austin a preocupação com um método de explicitação de elementos implícitos é um dos objetivos centrais da teoria.

Pode-se dizer que a Teoria dos Atos de Fala foi apenas esboçada em *How to do things with words* e em alguns outros artigos (tais como “Performative Utterances” e “Performatif/Constatif”) que Austin escreveu sobre este tema. Austin faleceu em 1960 e este livro contendo essencialmente as notas para as conferências William James feitas em Harvard em 1955, baseadas por sua vez em notas de conferências feitas anteriormente em Oxford, foi publicado postumamente em 1962 sem ter passado por uma revisão pelo autor.

Contudo, fica claro desde o início que seu objetivo primordial não consistia na apresentação de uma concepção teórica sobre a natureza e a função da linguagem. Não pretendia descrever a natureza da linguagem, mas ao contrário, propor um método de análise de problemas filosóficos por meio do exame do uso da linguagem entendido como forma de ação, isto é como modo de se realizar atos por meio de palavras. Com efeito, na última conferência, mencionada acima, Austin afirma que: “o ato de fala total na situação de fala total é o único fenômeno real que, em última análise, pretendemos elucidar” (p. 147). Isso deixa claro que Austin define a tarefa da filosofia da linguagem como a elucidação do uso da linguagem e de certa forma esta é uma das características da teoria, como pretendemos mostrar, que se perde em grande parte em seus desenvolvimentos posteriores. E nas observações finais desta conferência Austin enfatiza a necessidade de aplicar a teoria a problemas filosóficos.

Embora Austin tenha deixado a teoria apenas esboçada, ou formulada como um programa, segundo suas próprias palavras, a necessidade de desenvolvê-la foi logo sentida, sobretudo quando se percebeu sua importância como possibilidade de tratar de forma sistemática os aspectos pragmáticos da linguagem, conforme foi dito acima.

Nessa tentativa de desenvolvimento da teoria, uma das primeiras questões discutidas consistiu no exame das condições que deveriam ser satisfeitas para a realização “feliz” ou bem sucedida do ato de fala. Segundo a formulação inicial de Austin, essas condições deveriam combinar elementos intencionais e convencionais. De modo geral, as convenções deveriam ser adequadas ao ato pretendido e o falante deveria agir de acordo com essas convenções e ter as intenções correspondentes. O ponto importante desta discussão diz respeito à consideração do peso de cada um desses elementos, intenções e convenções, ou seja elementos de ordem mais subjetiva e elementos de caráter social, na constituição da força ilocucionária dos atos de fala e na determinação de seu sucesso. Além do peso desses dois tipos de elemento, a relação entre ambos é também um fator de fundamental importância para essa discussão. Qual o elemento determinante, convenções ou intenções? Como se relacionam, ou se articulam, por sua vez, convenções e intenções, já que possuem naturezas distintas?

A discussão subsequente, iniciada sobretudo por Strawson (1957) considerou necessário aprofundar mais a análise dos aspectos intencionais dos atos de fala, uma vez que as convenções, por sua natureza social e objetiva se prestavam mais facilmente à análise. Strawson argumenta também que nem todos os atos são de natureza convencional, ou mesmo institucional, como “prometer”, “batizar”, “nomear”; mas que as intenções estariam presentes em todos os atos e teriam por este motivo um caráter mais básico e mais amplo. Propõe assim o recurso à teoria do significado de H. P. Grice que distingue entre significado do falante (*speaker's meaning*) e significado literal. A teoria de Grice⁷ consiste em uma análise do significado com base em mecanismos de interpretação pelo ouvinte do significado do falante, através de regras e procedimentos que permitem a identificação ou o reconhecimento das intenções do falante ao dizer algo. Esta teoria tinha inicialmente um escopo mais limitado, concentrando-se na distinção entre significado literal e não-literal, porém tornou-se o ponto de partida para a análise dos aspectos intencionais na cons-

7 Em sua versão inicial sobretudo em “Meaning” (1948, 1957) e “Utterer's meaning and intentions” (1967), textos reunidos em Grice (1990).

tuição da força ilocucionária dos atos de fala, sobretudo por propor mecanismos de explicitação e de reconstrução das intenções, o que era considerado desde o início uma dificuldade a ser superada⁸.

Outro tipo de crítica que encontramos em relação à formulação inicial da teoria por Austin e também por Searle consiste em apontar que tanto a definição quanto a análise dos atos de fala por ambos estes autores é excessivamente centrada no falante, isto é, no indivíduo, ou mais precisamente, no sujeito lingüístico. Atos de fala são freqüentemente examinados isoladamente do contexto mais amplo da troca lingüística e de seu papel no discurso⁹. Isso parece contraditório com a caracterização inicial dos atos de fala como essencialmente comunicacionais, ou seja, como parte de um processo de interação. Os atos de fala devem portanto ser considerados basicamente como dialógicos e não apenas como atos de um falante. Porém, parece ter havido pouca preocupação por parte da teoria com a análise, por exemplo, das respostas do ouvinte ao ato do falante, ou das expectativas levantadas pelo falante em relação ao ouvinte e, reciprocamente, das reações do ouvinte a estas expectativas. Falta à teoria uma consideração de como a antecipação da resposta do ouvinte ao assumir, por sua vez, o papel de falante é determinante do ato de seu interlocutor. A tomada de turnos na conversação (*conversation turn taking*) que é um fenômeno especificamente pragmático com regras próprias e de importância crucial na comunicação não tem recebido a devida atenção na teoria¹⁰.

Embora esse tipo de crítica possa ser considerada correta, não se pode dizer que revele um aspecto particularmente problemático da teoria, no sentido de que não há nada na concepção básica da Teoria dos Atos de Fala que seja incompatível com uma consideração dialógica dos atos de fala, e embora até possa ser dito que a noção de ato de fala é excessivamente centrada no falante individual, mesmo nas versões iniciais da teoria as definições do ato de fala indicam a necessidade de consideração dos aspectos interacionais de sua realização, como por exemplo a natureza contratual desses atos, enfatizada por Austin (1962, pág. 10) ao mostrar que proferir um ato de fala nas circuns-

8 A proposta de Strawson (1957) foi adotada subsequentemente, influenciando filósofos da linguagem que trabalharam com a teoria dos atos de fala como Furberg (1971), Ferguson (1973) e, principalmente, John Searle (1969).

9 Vanderveken (1999) levanta essas questões e examina precisamente a posição de Searle a este respeito, propondo uma forma de dar conta do discurso.

10 Sobre a noção de *turn-taking* ver Schegloff e Goodwin (1981). Sobre essa crítica à teoria dos atos de fala e seu desenvolvimento ver Searle et al (1992).

tâncias adequadas equivale a assumir um compromisso com o ouvinte: “Minha palavra é meu compromisso”. É assim perfeitamente possível desenvolver a Teoria dos Atos de Fala precisamente desta forma e isso tem sido feito recentemente por autores como Vanderveken (1999) e Francis Jacques (1979, 1985) em trabalhos de relevância para o tratamento dessa questão. Mesmo anteriormente, a adoção da teoria de Grice sobre o significado do falante para complementar a Teoria dos Atos de Fala indica claramente este tipo de preocupação uma vez que a teoria de Grice leva em conta centralmente o ouvinte e o diálogo realizado, na medida em que propõe recursos para a interpretação pelo ouvinte dos propósitos do falante ao fazer seu proferimento.

Uma questão fundamental para o desenvolvimento da teoria emergiu do reconhecimento da importância da classificação dos atos ilocucionários proposta por Austin na última conferência de *How to do things with words*. O primeiro a tentar re-elaborar esta classificação foi Searle em *Speech Acts* (1969), desenvolvendo sua própria classificação alternativa em um texto intitulado “A taxonomy of illocutionary acts” (1979). Searle propõe cinco tipos: *assertivo*, *compromissivo*, *diretivo*, *declarativo* e *assertivo*, em substituição aos cinco propostos inicialmente por Austin. Além disso, Searle define também sete componentes da força ilocucionária em termos dos quais os tipos propostos são definidos:

- 1) objetivo ilocucionário (*illocutionary point*)
- 2) grau de força do objetivo ilocucionário
- 3) modo de realização
- 4) condição do conteúdo proposicional
- 5) condição preparatória
- 6) condição de sinceridade
- 7) grau de força da condição de sinceridade.

A formulação desses componentes resulta do desenvolvimento de uma idéia inicial de Searle (1969) de que o ato de fala é o resultado da combinação de uma proposição p dotada de um conteúdo semântico determinado que estabelece sua relação com os fatos no mundo, podendo ser portanto verdadeira ou falsa, e da força ilocucionária f que se acrescenta à proposição, levando à realização do ato de fala. Esta relação é representada formalmente pela fórmula $f(p)$. Temos assim o exemplo da asserção: “A porta está aberta”, que possui o mesmo conteúdo proposicional que o imperativo, “Abra a porta!”, a interrogação, “A porta está aberta?”, o condicional “Se a porta estivesse aberta ...”, sendo que esses proferimentos possuem diferentes forças ilocucionárias acrescentadas ao mesmo conteúdo.

Searle desenvolve assim a análise dos atos de fala em uma nova direção, elaborando uma versão mais sofisticada da classificação das forças ilocucionárias e de seus componentes. Em 1985 chegou mesmo a publicar com Daniel Vanderveken uma proposta de uma *lógica ilocucionária* como um sistema formal, levando essas idéias adiante. Em 1990 Daniel Vanderveken apresentou uma versão mais elaborada dessa proposta em seu *Meaning and Speech Acts*.

A proposta de Searle (1979) de caracterização desses componentes da força ilocucionária visa dar conta de forma mais elaborada dos elementos intencionais e convencionais constitutivos do ato de fala segundo Austin. O papel de cada um desses componentes na constituição da força permite uma caracterização mais precisa e uma identificação mais clara de cada força como pertencendo a um dos cinco tipos propostos. A proposta da análise do ato de fala em termos desses sete componentes visa superar a simples dicotomia entre elementos intencionais e elementos convencionais já que alguns dos componentes combinam aspectos que poderíamos considerar intencionais e convencionais como (1) objetivo ilocucionário, (2) grau do objetivo ilocucionário e (3) modo de realização. Componentes como (4) parecem ser mais estritamente lingüísticos, enquanto que outros como (6) e (7) são mais nitidamente intencionais, ou subjetivos; e (5) parece ser quase sempre convencional. Contudo essa caracterização não é rígida¹¹.

A questão crucial, contudo, parece ser: Qual o papel da classificação ou taxonomia das forças ilocucionárias para o desenvolvimento da Teoria dos Atos de Fala e para a metodologia da análise pragmática da linguagem?

Quando Austin fez sua proposta provisória de classificação de forças ilocucionárias (1962, p.149) parece claro que esta tipologia deveria servir para a identificação da força ilocucionária do proferimento nos casos em que o performativo não é explícito, bem como nos casos em que o verbo performativo e a força ilocucionária não coincidem exatamente, isto é, quando o performativo não descreve adequadamente a força ilocucionária do ato. Por exemplo, "Declaro aberta a sessão", é o proferimento de um performativo explícito, "declarar" no sentido institucional, em que o ato realizado tem a força ilocucionária da declaração e a sessão encontra-se aberta a partir deste proferimento. Contudo, quando o presidente da sessão profere "Está aberta a sessão", mesmo sem utilizar o verbo "declarar", o performativo foi realizado.

11 Acerca da definição desses componentes e da tipologia dos atos de fala, incluindo exemplo, ver Searle (1975), retomado posteriormente em Searle e Vanderveken e em Vanderveken.

E isso é diferente do proferimento de alguém da audiência que comenta com o vizinho, “Está aberta a sessão”, chamando a atenção dele para o ocorrido. No primeiro caso, do presidente da sessão, trata-se de um exercitativo, no outro caso, temos um expositivo. A análise dessas diferenças depende não só de uma consideração da sentença proferida e do significado dos termos e expressões utilizados, mas da indentificação de elementos contextuais como o papel do falante no contexto, a existência de normas e procedimentos e de instituições que estabelecem essas normas e procedimentos, assim como das intenções ou objetivos dos falantes e ouvintes. Intenções e elementos subjetivos só podem ser identificados, por sua vez, com base no que é proferido explicitamente e no que é indicado por meio do contexto. Contudo, esses elementos contextuais muitas vezes permanecem implícitos.

É importante examinarmos esses desenvolvimentos da Teoria dos Atos de Fala contrastando-os com a concepção original de Austin, cujos elementos centrais, até certo ponto, perderam-se nas versões mais recentes da teoria por Searle e Vanderveken.

Como vimos acima, um dos principais objetivos desta linha de análise dos atos de fala consiste em determinar as condições, ou melhor dizendo, as pressuposições da realização do ato de fala¹². A análise dessas pressuposições desenvolve-se em direção a uma tentativa de se estabelecer as condições formais (esta expressão é de Vanderveken), que devem ser satisfeitas para a realização bem sucedida do ato de fala. O próprio Searle, anteriormente, no artigo citado acima, refere-se aos elementos sintáticos destes atos. São aspectos como estes que parecem apontar para a direção oposta a de uma análise *pragmática* do uso da linguagem. É característico desta tendência, por exemplo, que Vanderveken (1990) se refira aos *fundamentos semânticos* dos atos de fala. É preciso, contudo, considerar a necessidade de um desenvolvimento *pragmático* da teoria, complementando essas análises formal e semântica, levando em conta adicionalmente os elementos que explicam os efeitos e conseqüências dos atos de fala assim como os critérios de sucesso desses atos. A análise do ato de fala do ponto de vista de seus efeitos e conseqüências caracteriza-se como genuinamente pragmática uma vez que leva em consideração o sucesso ou fracasso do ato que se pretende realizar. Se uma análise de pressuposições aponta para aspectos formais e semânticos, uma análise de efeitos e conseqüências aponta para aspectos pragmáticos. Uma análise pragmática depende muito mais da consideração de elementos contextuais, de aspectos perlocucio-

12 A respeito da noção de pressuposição ver Gazdar (1979).

nários, da comparação entre objetivo declarado e realização efetiva, do que da consideração de aspectos estritamente lingüísticos, o que parece ser o caso em análises formais e semânticas. E certamente esse tipo de análise pragmática tem recebido uma atenção menor do que deveria nos desenvolvimentos recentes da teoria dos atos de fala.

Há ainda um ponto central de grande importância a ser considerado em relação aos desenvolvimentos recentes da Teoria dos Atos de Fala. Tem sido freqüentemente apontado pelos críticos que esta teoria, em conflito com sua própria concepção da linguagem em uso e da análise da linguagem como forma de ação, tem se concentrado em casos que estão muito distantes do uso concreto e dos fenômenos lingüísticos reais. O uso efetivo da linguagem na vida cotidiana é muito menos estruturado, muito mais fragmentado do que se observa nos casos e exemplos considerados pela teoria. Este uso é muito mais indireto, oblíquo e fragmentado do que a teoria tem reconhecido. Isso equivale a dizer que em larga escala a Teoria dos Atos de Fala estaria formulando uma concepção idealizada de linguagem. No uso concreto, elementos implícitos têm um papel muito maior do que se admite. Além disso, a Teoria dos Atos de Fala enquanto propondo um método de análise da linguagem parece restringir-se a características manifestas dos atos de fala, parece ater-se à descrição dessas características, não dispondo de ferramentas para uma análise mais profunda que leve em conta elementos implícitos incluindo o caráter indireto de certos atos e de certos modos de influenciar a ação do interlocutor, a manipulação, o preconceito, e outras características oblíquas e não declaradas que apesar disso são determinantes da força ilocucionária desses atos assim como de seus efeitos e conseqüências.

Isso nos leva à seguinte questão fundamental: como é possível nesses casos que aquilo que não se encontra explicitamente formulado ou que não é explicitamente proferido pode ser constitutivo do significado das sentenças proferidas e da força dos atos de fala realizados? Como pode nossa análise dos atos de fala dar conta desses elementos implícitos que não obstante reconhecemos não só que estão presentes, mas que são determinantes da ação realizada e de seus efeitos e conseqüências?

É necessário, devido a isso, a formulação de um método de análise que possa tornar explícitos esses elementos implícitos da ação lingüística. Teríamos com isso a proposta de um método crítico ou reconstrutivo.

Cabe aqui apenas indicar algumas das características centrais de um método que possa cumprir esse objetivo. Duas teorias parecem ser particularmente relevantes e úteis para esse propósito. A primeira é a *teoria dos atos de*

fala indiretos de Searle (1979). Trata-se de uma das raras tentativas de lidar com essa questão e mesmo assim acabou não levando a um desenvolvimento deste tipo de método. Searle mostra que os atos de fala são na maior parte indiretos ou implícitos e isso ocorre simplesmente porque não é necessário que sejam explícitos. O exemplo dado por Searle é o de um colega que diz para o outro, “Hã um bom filme no cinema da esquina”, ao que o outro responde, “Tenho prova de matemática amanhã”. É óbvio que no caso do primeiro proferimento (explicitamente um constatativo, ou declarativo, segundo a classificação posterior) trata-se implicitamente de um convite, que é como o ato é interpretado pelo colega que por sua vez responde também por meio de um constatativo, ou declarativo explícito, recusando o convite. Contudo, os performativos explícitos, “Eu o convido...” e “Eu recuso o seu convite...” em nenhum momento foram proferidos, e na verdade sequer precisariam ser proferidos. De que maneira então funcionam, isto é, possuem a força ilocucionária respectivamente do convite e da recusa? Funcionam basicamente através de elementos contextuais e de pressupostos compartilhados por falante e ouvinte enquanto participantes do mesmo jogo de linguagem e desse modo familiarizados com as crenças, hábitos e práticas um do outro. Uma análise de casos deste tipo deve portanto necessariamente levar em conta o caráter dialógico da troca lingüística realizada assim como os elementos contextuais compartilhados o que vai além daquilo que é proferido explicitamente, isto é, além dos elementos estritamente lingüísticos. Um dos principais desafios da Teoria dos Atos de Fala ao analisar o *ato de fala total*, como propõe Austin, consiste precisamente em como delimitar as fronteiras deste ato de fala total, demarcar o que deve ser incluído no contexto e dentre os pressupostos compartilhados. O ato *total* pode se projetar no futuro, se considerarmos seus efeitos e conseqüências, assim como pode depender de fatores do passado remoto, se levarmos em conta seus pressupostos. A solução para se evitar esse caráter indeterminado do ato de fala total consiste em reconhecer que toda análise é provisória e que, no fundo, a delimitação do(s) ato(s) depende das questões que servem de ponto de partida para a análise e do escopo desta análise. Nenhuma análise pode jamais pretender esgotar o ato em toda a sua complexidade e o alcance da análise depende do enfoque adotado.

Há, contudo, uma dificuldade adicional a ser considerada. O exemplo dado por Searle consiste em um caso em que os atos foram realizados de forma indireta, mas que podem, se necessário, ser explicitados, ou seja, podem se realizar de forma direta. Um colega pode sempre pedir ao outro que seja mais explícito e o outro provavelmente não terá maiores dificuldades em

fazê-lo. Porém, há muitos atos de fala indiretos que são realizados de modo indireto porque, por diversas razões, *devem* permanecer indiretos, porque não podem ter sua força ilocucionária explicitada, caso contrário fracassaríamos ou seriam mal sucedidos. A ironia e a insinuação são exemplos disso, assim como a barganha¹³. Como tornar explícitos estes atos que resistem à explicitação é um dos principais desafios que o método deve enfrentar. Podemos dar algumas indicações de como isso pode ser feito, recorrendo mais uma vez à teoria das *implicaturas conversacionais* de Grice que fornece elementos sobre como analisar os pressupostos compartilhados por falante e ouvinte. Mais do que uma forma de tratamento da questão sobre a relação entre intenções e convenções, como inicialmente proposto por Strawson, a teoria de Grice permite com que se desenvolva um método de análise que reconstrua os elementos implícitos na realização dos atos de fala, sobretudo dos atos indiretos. As máximas conversacionais de Grice (1990) permitem uma análise das expectativas do falante e do ouvinte em sua interação mostrando como o entendimento mútuo pode resultar deste tipo de troca linguística.

Em linhas gerais o desenvolvimento da Teoria dos Atos de Fala em uma perspectiva genuinamente pragmática deve levar em conta:

a) que os atos de fala devem ser considerados como sempre ao menos potencialmente dialógicos;

b) que consistem em sua maioria em performativos implícitos, ou em atos realizados com a força ilocucionária implícita e portanto como caracterizando-se como atos de fala indiretos;

c) que um método interpretativo que torne possível a explicitação desses elementos implícitos e a identificação da força ilocucionária dos atos de fala indiretos deve combinar a aplicação das máximas conversacionais de Grice e a taxonomia proposta por Searle de modo tornar possível a reconstrução do tipo de ato que está sendo realizado de acordo com a identificação dos elementos básicos constitutivos da força ilocucionária desses atos.

Tudo isso se encontra aqui ainda apenas esboçado e como sempre em filosofia há um longo caminho a ser percorrido, porém creio que se trata de um primeiro passo na direção correta.

13 Em relação ao uso ideológico da linguagem, que também pode ser considerado um uso indireto, mas que envolve dificuldades adicionais, ver Marcondes (2000).

Referências Bibliográficas

Austin, J. L. (1962) *How to do things with words*, Oxford, Oxford UnivPress; trad. para o português *Quando dizer é fazer*, Porto Alegre, Artes Médicas (1990).

Austin, J. L. (1970) *Philosophical papers*, Oxford, Oxford UnivPress.

Derrida, J. (1971) *Margens da filosofia*, Campinas, Papirus.

Gazdar, G. (1979) *Pragmatics*, New York, Academic Press.

Goodwin, C. (1981) *Conversational organization: interaction between hearers and speakers*, New York, Academic Press.

Grice, H. P. (1990) *Studies in the way of words*, Boston, Harvard Univ Press.

Habermas, J. (1990) *Pensamento pós-metafísico*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

Jacques, F. (1979) *Dialogiques*, Paris, PUF.

Jacques, F. (1985) *L'espace logique de l'interlocution*, Paris, PUF.

Levinson, S. (1983) *Pragmatics*, Cambridge, Cambridge Univ.Press.

Marcondes, D. (2000) *Filosofia, linguagem e comunicação*, São Paulo, Cortez.

Ryle, G. (1975) "Linguagem ordinária" em *Os pensadores*, São Paulo, Abril.

Searle, J. R. (1969) *Speech acts*, Cambridge, Cambridge Univ.Press.

Searle, J. R. (1979) *Expression and meaning*, Cambridge, Cambridge Univ.Press.

Searle, J. R. e D.Vanderveken (1985) *Foundations of illocutionary logic*, Cambridge, Cambridge UnivPress.

Searle, J. R. et al. (1992) *(On) Searle on conversation*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins.

Strawson, P. F. (1957) *Logico-linguistic papers*, London, Methuen.

Vanderveken, D. (1990) *Meaning and speech acts*, Cambridge, Cambridge Univ.Press.

Vanderveken, D. (1999) *Illocutionary logic and discourse typology*, *Cahiers d'epistemologie*, Université de Québec à Montreal, n.263.

Vanderveken, D. e S. Kubo (orgs.) (2001) *Essays in speech act theory*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins.

Wittgenstein, L. (1975) *Investigações filosóficas*, em *Os pensadores*, São Paulo, Abril.